

EDITAL – UASG: 926181

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026 **Processo Administrativo nº 00192/2026**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Assembleia Legislativa do Tocantins, através do Pregoeiro designado por meio da Portaria nº 180/2026 - DG de 26/02/2026, sediada no Palácio João D'Abreu, Praça dos Girassóis, Centro, Palmas – TO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, modo ABERTO, com critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, do Decreto Administrativo nº 552/2024 de 05/06/2024, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Data da sessão: 21/05/2026

Horário: 08Hs30 Minutos. Horário de Brasília – DF.

Local: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), bem como no site da Assembleia Legislativa do Tocantins: www.al.to.leg.br/licitação.

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o endereço eletrônico informado ou não visualize a alteração no Site supracitado, consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa, visando a contratação de empresa especializada para o fornecimento de vasos ornamentais, plantas naturais (nativas e ornamentais), arranjos decorativos e insumos correlatos, destinados à ambientação, ornamentação e manutenção estética dos espaços internos e externos, bem como ao atendimento de eventos e solenidades institucionais da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, conforme quantidades e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será por lote/item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote/item, observadas as condições contidas neste Edital e seus Anexos.

1.4. A descrição detalhada do objeto, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não será concedido o tratamento favorecido para as ME/EPP previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, quando o objeto da licitação se enquadrar ao disposto no inciso I, § 1º, art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. sociedades cooperativas;

2.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.5 e 2.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.5 e 2.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio,

profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado para a presente contratação é de **R\$ 442.749,67 (quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos)**.

4. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

4.1. Para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, o preço contratado deverá ser reajustado com base no IPC-A, tendo como referência inicial, a data do orçamento estimado para a presente licitação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto neste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa, caso permitida a sua participação, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, quando a licitação permitir o tratamento diferenciado, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando houver, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, das seguintes informações:

6.1.1 valor unitário referente a cada item;

6.1.2 descrição do objeto (caso o sistema permita);

6.1.3 Quantidade cotada;

6.1.4 Valor total estimado (caso o sistema não calcule automático).

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Como o critério de julgamento é o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global por lote/item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 0,5% (meio ponto percentual)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até encerrar este prazo.

7.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, havendo o tratamento favorecido, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015, quando aplicável à licitação.

7.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a

Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2.2. empresas brasileiras;

7.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, devidamente acompanhada dos folders/catálogos dos produtos ofertados, para fins de aferição para aceitabilidade ou não.

7.24.4.1. Na sua proposta realinhada, o licitante deverá informar, além dos quantitativos e a unidade de medida:

- a) Descrição completa do produto ofertado, indicando marca/fabricante/modelo;
- b) Valor unitário de cada item;
- c) Valor total do item;
- d) Valor total de sua proposta.

7.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Encerrado o prazo, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DO JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Verificadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1 conter vícios insanáveis;

8.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3 ofertar marca e modelo com especificações, e/ou qualidade, e/ou desempenho inferiores ou divergentes aos estipulados no Termo de Referência;

8.6.4 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.5 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. É indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor total orçado pela Administração para o cada item.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.8.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, são os necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

9.1.1. Habilitação jurídica

a) Cédula de Identidade do representante legal da proponente;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e com alterações consolidadas, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Declaração de comprovação do cumprimento do disposto no art. 68, VI, da Lei nº 14.133/21, de acordo com modelo estabelecido no Edital.

9.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, com situação “ativa”, cujo comprovante tenha sido emitido em até 60 (sessenta) dias, da data da abertura da sessão da licitação;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

c) Prova de regularidade fiscal perante a fazenda Municipal, Estadual/Distrital, referente ao domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

9.1.4. Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.1.5. Outros documentos complementares

a) Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

b) Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

c) Declaração, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, na forma do inciso I, do artigo 63, da Lei 14.133/2021;

d) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

e) Declaração, de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação;

f) Declaração, a ser anexada juntamente com a proposta, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

g) Declaração de que não possui em seus quadros, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento da Assembleia Legislativa do Tocantins, bem como a prestação de serviço por empregado de empresa fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.

h) Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

9.1.6. As declarações acima, caso disponíveis, deverão ser assinaladas diretamente no Sistema utilizado para o Pregão Eletrônico.

9.1.7 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e técnica, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.5. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.5.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.6.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.7. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.7.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 02 (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.8. A verificação no SICAF ou a exigência de encaminhamento dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.8.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.9.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.9.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.7.1.

9.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante envio de arquivo digital por e-mail, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As aquisições decorrentes da presente contratação serão pagas com recursos previstos no orçamento desta Assembleia Legislativa, conforme Dotação orçamentária indicada autos.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas, e/ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo registrado no sistema, sob pena de preclusão;

12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos;

12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Diretoria de Licitação, Anexo I da Assembleia Legislativa do Tocantins, Rua de Pedestres NE 03, Quadra 104 Norte, nº 35, P. D. Norte, Palmas – TO.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

13.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.6 fraudar a licitação;

13.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 advertência;

13.2.2 multa;

13.2.3 impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: cpl@al.to.leg.br.

14.3.1. Recebidos os eventuais pedidos de impugnações e/ou esclarecimentos, o Pregoeiro os disponibilizará em campo próprio no Sistema utilizado na licitação e no sítio oficial da Aleto: www.al.to.leg.br "licitações", com as respectivas respostas, para conhecimento dos licitantes interessados no certame.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.7. A apresentação de impugnações ao Edital, sem a fundamentação legal e/ou técnica aplicável ao objeto questionado, de intuito protelatório, ensejará na aplicação de multa por parte da administração de 1% (um por cento) do valor total estimado para a contratação (art. 155, III, VII e XI c/c art. 156, II, todos da

Lei nº 14.133/2021 e nos termos do art. 15 do CPC, o disposto no art. 80, VII, c/c art. 81 da Lei nº 13.105/2015), ainda o licitante poderá ser penalizado com fundamento no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, culminando em ato improbo, podendo levá-lo à inidoneidade.

15. DA GARANTIA DA PROPOSTA

15.1 Não será exigido das licitantes garantia da proposta para a presente licitação.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília - DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9 É facultado ao pregoeiro ou a autoridade competente, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do produto ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

16.10 Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução do objeto, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

16.11 A administração reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

16.12 O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.13 O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

16.14 É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

16.15 É vedado a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas.

16.16 Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Diretoria de Licitação, nos dias úteis, em horário de expediente pelo e-mail: cpl@al.to.leg.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do sistema utilizado no Pregão.

16.17 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.18 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico www.al.to.leg.br/licitacao, e no sistema utilizado neste pregão. Também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Anexo I da Assembleia Legislativa, na Quadra 104 Norte, Rua NE 03, Lote 35, 2º andar, Palmas, Estado do Tocantins, nos dias úteis, no horário de expediente ao público, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

16.19 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.19.1 ANEXO I - Termo de Referência

16.19.2 ANEXO II - Minuta do Termo de Contrato

Palmas, 06 de Maio de 2026.

JARBAS FERREIRA DA COSTA
Diretor de Licitação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de vasos ornamentais, plantas naturais (nativas e ornamentais), arranjos decorativos e insumos correlatos, destinados à ambientação, ornamentação e manutenção estética dos espaços internos e externos, bem como ao atendimento de eventos e solenidades institucionais da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Da Natureza da Contratação

A presente contratação possui natureza de fornecimento de bens comuns, nos termos do Art. 6º, inciso XIII, e Art. 20 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os itens a serem adquiridos apresentam padrões usuais de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado.

O fornecimento poderá ser de forma parcelada, conforme demanda da Administração, considerando a natureza contínua das necessidades de ambientação e atendimento a eventos institucionais, com entrega dos itens nos locais indicados pela Contratante.

1.3 Da Justificativa

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a adequada ambientação, valorização estética e funcionalidade dos espaços institucionais, contribuindo diretamente para a qualidade do ambiente organizacional e para a imagem institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

O fornecimento de plantas naturais e vasos ornamentais visa:

- promover ambientes mais agradáveis, acolhedores e harmonizados;
- contribuir para o bem-estar de servidores, autoridades e visitantes;
- manter a padronização estética dos ambientes internos e externos;
- atender, de forma eficiente e tempestiva, às demandas relacionadas a eventos, solenidades e atividades institucionais.

Os arranjos decorativos são essenciais para a adequada composição visual de espaços utilizados em cerimônias oficiais, recepções e demais atividades institucionais, assegurando apresentação compatível com a relevância dos atos realizados.

A contratação também possibilita maior **eficiência administrativa**, ao centralizar o fornecimento em um único instrumento contratual, evitando aquisições fragmentadas e garantindo melhor planejamento e economicidade.

Adicionalmente, a adoção de espécies vegetais adequadas e, sempre que possível, nativas, contribui para práticas sustentáveis e alinhadas às diretrizes ambientais.

A contratação encontra-se alinhada aos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, mostrando-se necessária e adequada para assegurar o pleno funcionamento e a adequada apresentação institucional desta Casa de Leis.

1.4. Das Especificações e Quantidades:

1.4.1. Todos os itens deverão atender a padrões mínimos de qualidade, observando:

- condições adequadas de sanidade vegetal, no caso de plantas naturais, devendo estar livres de pragas e doenças;
- características compatíveis com o ambiente de utilização (interno ou externo);
- padrões estéticos adequados ao uso institucional;
- resistência, durabilidade e acabamento compatíveis, no caso de vasos e itens decorativos.

1.4.2. A tabela abaixo apresenta a previsão do quantitativo para contratação pretendida, organizada em lotes (grupos).

TABELA I
ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

LOTE I – PLANTAS E ARRANJOS			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO
01	UND	40	Fornecimento de muda de buchinho com aproximadamente 40 cm de altura x 42 cm de diâmetro, tolerância de 5% nas medidas.
02	UND	45	Fornecimento de palmeira rabo de raposa medindo aproximadamente 4,50 metros de altura, tolerância de 5% nas medidas.
03	UND	150	Fornecimento de muda de dracena vermelha, natural, com aproximadamente 40 cm de altura, 25 cm de largura, tolerância de 5% nas medidas.
04	UND	100	Fornecimento de muda de alocacia gigante adulta, com 4 a 5 folhas desenvolvidas e com aproximadamente 1,2 metros de altura, 70 cm de largura. Tolerância de 5% nas medidas.

05	UND	150	Fornecimento de muda de moreia, com aproximadamente 40 cm de altura x 30 cm de largura. Tolerância de 5% nas medidas.
06	UND	150	Fornecimento de mudas de guaimbe, contendo de 3 a 4 hastes em cada unidade, com aproximadamente 40 cm de altura. Tolerância de 5% nas medidas.
07	UND	150	Fornecimento de muda de alamanda amarela, medindo aproximadamente 40 cm de altura, com flores, livre de folhas amarelas, queimadas do sol e/ou secas. Tolerância de 5% nas medidas.
08	UND	40	Fornecimento de árvore sete copas africana, medindo aproximadamente 2,20m de altura, livre de folhas queimadas do sol e/ou secas. Tolerância de 5% nas medidas.
09	UND	40	Fornecimento de árvore adulta de jasmim manga, cores variadas, com no mínimo 3 hastes em cada muda, medindo aproximadamente 2,20m de altura x 80 cm de diâmetro, livre de folhas amareladas, queimadas do sol e/ou secas. Tolerância de 5% nas medidas.
10	UND	150	Fornecimento de muda de estrelízia, medindo aproximadamente 80 cm de altura x 30 cm de diâmetro. Tolerância de 5% nas medidas.
11	UND	100	Fornecimento de muda de croton, (codiaeum variegatum), medindo aproximadamente 40 cm de altura. Tolerância de 5% nas medidas.
12	UND	100	Fornecimento de muda de dianela (dianella tasmanica), medindo aproximadamente 80 cm de altura. Tolerância de 5% nas medidas.
13	UND	50	Fornecimento de muda de agave palito, medindo aproximadamente 80 cm de altura. Tolerância de 5% nas medidas.
14	UND	50	Fornecimento de muda de bananeira de jardim, medindo aproximadamente 80 cm de altura. Tolerância de 5% nas medidas.
15	UND	40	Fornecimento de árvore adulta de resedá, cores variadas, medindo aproximadamente 2,20m de altura, livre de folhas amareladas, queimadas do sol e/ou secas. Tolerância de 5% nas medidas.
16	UND	04	Fornecimento de muda de bambu mossó, aproximadamente 1,50 metros de altura, tolerância de 5% nas medidas.

17	UND	08	Fornecimento de muda de palmeira azul (acinzentada), medindo aproximadamente 2 metros de altura do tronco a folha, tronco medindo um raio aproximado de 25 cm, com até 6 (seis) artes (folhas), livre de folhas queimadas do sol e/ou secas. Tolerância de 5% nas medidas.
18	UND	10	Fornecimento de muda de buganville, medindo aproximadamente 1,20 metro de altura x 70 cm de diâmetro, (adulta), com flor, nas cores rosa, pink, lilás e branca. Tolerância de 5% nas medidas.
19	M²	500	Fornecimento de grama esmeralda M², (metro quadrado).

LOTE II - INSUMOS			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO
20	SC	125	Fornecimento de fertilizante especial para preparação do solo, balanceado, (mineral misto), composto de NPK 10-10-10, pacote com 25 kg. Na embalagem deverá conter no mínimo as composições químicas do produto.
21	SC	75	Fornecimento de substrato orgânico, pronto para o plantio, em saco de 40 litros. Na embalagem deverá conter no mínimo as composições químicas do produto.
22	SC	25	Fornecimento de cascas de pinos, tamanho médio, saco com 20 kg cada.
23	SC	40	Fornecimento de argila expandida (seixo rolado, material pedra), para jardim, tamanho médio, em saco de 50 litros.
24	CX	45	Fornecimento de delimitador para jardim, com aproximadamente 30 cm de largura, com bordas de aproximadamente 1 cm, cor verde, caixa com 50 metros.
25	M	75	Manta drenagem para solo, vasos, fibra sintética, largura aproximada de 2,20m. Tolerância de 5% nas medidas.
26	SC	100	Fornecimento de fertilizante mineral misto, NPK + 9, composto com Nitrogênio, Fósforo, potássio, cálcio, magnésio, enxofre, boro, cobre, ferro, manganês, zinco, em saco de 25 kg. Na embalagem deverá conter no mínimo as composições químicas do produto.
27	SC	62	Fornecimento de calcário dolomítico, saco com 25kg. Na embalagem deverá conter no mínimo as composições químicas do produto.
28	M³	22	Fornecimento de terra preta M³, para plantio e cobertura de área gramada (metro cúbico).
29	M³	05	Fornecimento de seixo britado, lavado, tamanho nº 0, M³ (metro cúbico).

ITEM	UND	QTD	ITENS NÃO AGRUPADOS - DESCRIÇÃO
30	UND	23	Fornecimento de vaso para ornamentação de ambiente, montado. Medidas aproximadas do vaso: Altura 50 cm, boca 40 cm. Material do vaso: Porcelana tradicional. Insumos para montagem: Casca de pinos, espuma floral, argila, areia decorativa, dentre outros. Flores artificiais de primeira qualidade. Tipos de flores: rosas, boca de leão, liziantos, lírios, gervera, hortências, costela de adão, formio, orquídeas diversas, dentre outras. Cores diversas. Obs.: O tipo e a cor das flores para o arranjo serão definidos no ato da aquisição.
31	UND	6	Vasos de polietileno montados, tipo cone, cores a definir, 70 cm de altura, 50 cm de boca, 30 cm de fundo, e 68 cm de profundidade, com planta artificial a definir, com 70 cm de altura e os complementos.
32	UND	4	Vasos redondos de polietileno montados, cores a definir, 60 cm de altura 60 cm de boca e 40 cm de base, com plantas artificiais a definir com 80 cm de altura e os complementos
33	UND	8	Fornecimento de vaso de polietileno, tipo retangular, medindo: Altura: 60cm. Boca 50 cm. Fundo 23 cm. Profundidade 57 cm. Cores: Areia, marrom, preto ou de acordo com a necessidade da administração. Tolerância de 5% nas medidas.
34	UND	1	Fornecimento de vaso em material cerâmica vietnamita; Modelo: Oval liso. Medindo aproximadamente: Altura: 70 cm. Boca: 55 cm. Fundo: 45 cm. Profundidade: 65 cm. Cores: Creme, azul, verde água, marrom, areia ou de acordo com a necessidade da ALETO. Tolerância de 5% nas medidas.

1.5. Do Quantitativo, caráter estimativo e agrupamento dos itens

1.5.1. Os quantitativos constantes neste Termo de Referência possuem caráter estimativo, tendo sido definidos com base no Estudo Técnico Preliminar, considerando o histórico de consumo, o planejamento do setor requisitante e a natureza contínua das demandas de ambientação, considerando a sazonalidade climática com alterações em períodos longos de chuva e seca, o que requer reposições de plantas e insumos com maior frequência, bem como o atendimento a eventos institucionais que exigem ornamentações especiais para os espaços e itens para prestar homenagens.

1.5.2. A Administração não se obriga a contratar a totalidade dos quantitativos estimados, podendo realizar as aquisições de forma parcelada e conforme a necessidade, durante a vigência contratual, observada a disponibilidade orçamentária e os limites legais aplicáveis.

1.5.3. Os itens foram organizados em 3 LOTES com base em sua afinidade funcional e operacional, conforme detalhado no item 1.4.2 deste Termo de Referência, visando otimizar o processo licitatório e a execução contratual.

1.5.3.1. O LOTE I contempla plantas naturais, ornamentais, por possuírem características similares de fornecimento, manuseio e aplicação.

1.5.3.2. O LOTE II compreende adubos e insumos de jardinagem, itens consumíveis destinados à manutenção das plantas, com mercado específico.

1.5.3.3. Os demais itens não agrupados em lotes são vasos e recipientes somente a peça ou vasos montados com plantas e/ou arranjos artificiais, que possuem natureza distinta, sendo bens duráveis e com cadeia de fornecimento própria.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. O amparo legal à presente contratação encontra-se no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, devendo o procedimento licitatório observar as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como a legislação correlata aplicável

2.2. Em atendimento ao disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação está fundamentada em Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento que inaugura a fase de planejamento da contratação, no qual foram demonstradas a necessidade administrativa, a análise das alternativas disponíveis no mercado e a viabilidade técnica e econômica da solução adotada.

2.3. O Estudo Técnico Preliminar evidenciou a necessidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento de plantas naturais, vasos ornamentais, arranjos decorativos e insumos correlatos, destinados à ambientação e ornamentação dos espaços institucionais, bem como ao atendimento de eventos e solenidades oficiais desta Casa de Leis, atestando a adequação da solução proposta, os quantitativos estimados e os requisitos mínimos de qualidade dos itens a serem fornecidos.

2.4. A presente aquisição mostra-se indispensável para:

- garantir a adequada ambientação, organização e valorização estética dos espaços internos e externos da Assembleia Legislativa;
- assegurar o atendimento eficiente, contínuo e tempestivo das demandas institucionais relacionadas a eventos, solenidades e atividades oficiais;
- proporcionar ambientes mais agradáveis, acolhedores e funcionalmente adequados ao desempenho das atividades administrativas e institucionais;
- contribuir para o bem-estar de parlamentares, servidores, autoridades e visitantes;

- assegurar a padronização estética dos ambientes institucionais, em consonância com a imagem institucional desta Casa de Leis;
- viabilizar o fornecimento de arranjos decorativos compatíveis com a relevância dos atos oficiais realizados;
- evitar aquisições fragmentadas, promovendo maior eficiência administrativa e melhor planejamento das demandas;
- garantir economicidade, mediante realização de processo licitatório competitivo, assegurando preços compatíveis com o mercado;
- promover o uso racional dos recursos públicos, com aquisições sob demanda e quantitativos estimados conforme a necessidade;
- incentivar a adoção de práticas sustentáveis, mediante utilização, sempre que possível, de espécies vegetais adequadas e ambientalmente compatíveis.

2.5. A contratação encontra-se alinhada ao planejamento administrativo e às diretrizes institucionais desta Assembleia Legislativa, estando em conformidade com os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, mostrando-se necessária e adequada para assegurar a continuidade e a qualidade das atividades institucionais.

3. DA DESCRIÇÃO E SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de plantas naturais (nativas e ornamentais), vasos decorativos, arranjos ornamentais e insumos correlatos, destinados à ambientação, ornamentação e manutenção estética dos espaços internos e externos, bem como ao atendimento de eventos e solenidades institucionais da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

3.2. A contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado e com padrões de qualidade objetivamente definidos, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observados os princípios da economicidade, eficiência e competitividade.

3.3. O fornecimento dos itens ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda da Administração, considerando a natureza contínua e variável das necessidades de ambientação e atendimento a eventos institucionais, não havendo obrigatoriedade de contratação da totalidade dos quantitativos estimados.

3.3.1. Poderá haver recebimento parcial dos itens, quando verificada conformidade apenas de parte do objeto entregue.

3.4. Os itens fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, observando padrões adequados de qualidade, apresentação e durabilidade, bem como normas aplicáveis.

3.5. As plantas naturais deverão ser entregues em perfeitas condições fitossanitárias, livres de pragas e doenças, com adequado estado de conservação e compatíveis com o ambiente de utilização. Os arranjos decorativos deverão ser entregues com flores frescas, em perfeitas condições de uso e com padrão estético compatível com a finalidade institucional.

3.6. Considerando a natureza perecível de parte dos itens, especialmente flores e arranjos naturais, a contratada deverá observar rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos pela Administração, bem como adotar procedimentos adequados de transporte, acondicionamento e manuseio, de modo a preservar a integridade e a qualidade dos produtos até o momento da entrega.

3.7. Qualquer item entregue em desconformidade com as especificações técnicas, apresentando defeitos, avarias, má qualidade, sinais de deterioração ou inadequação ao uso pretendido, será recusado pela Administração, devendo a contratada proceder à substituição no prazo a ser estabelecido, sem ônus adicional, sujeitando-se às penalidades cabíveis. A recusa será formalizada por meio de registro, com indicação das desconformidades identificadas.

3.8. O pagamento à contratada será realizado após o ateste do recebimento definitivo dos itens efetivamente fornecidos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, observadas as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

3.9. A execução contratual compreende exclusivamente o fornecimento e a entrega dos itens nos locais indicados pela Administração, não sendo admitida a subcontratação do objeto, salvo nas hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

3.10. A contratada será responsável por todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto, incluindo aquisição, transporte, acondicionamento e entrega dos produtos, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais.

3.11. As condições relativas à habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira serão mais detalhadas no Edital de Licitação, em conformidade com a legislação vigente.

4. FORMALIZAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

4.1. A contratação decorrente deste Termo de Referência será formalizada mediante instrumento contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2. O prazo de **vigência do contrato será de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura.

4.3. A **presente contratação possui natureza continuada**, uma vez que visa atender demanda permanente e recorrente da Administração relacionada à ambientação, ornamentação e manutenção estética dos espaços institucionais, bem como ao atendimento de eventos e solenidades oficiais, que ocorrem de forma regular ao longo do exercício.

4.3.1. Ressalta-se que a necessidade do objeto não se limita a uma demanda pontual, mas decorre de atividades institucionais contínuas, incluindo a manutenção de áreas internas e externas, reposição de plantas e insumos em razão de fatores climáticos e naturais, bem como a realização frequente de eventos oficiais que exigem ornamentação adequada.

4.3.2. Registra-se, ainda, que nos exercícios anteriores esta Administração tem suprido parte dessa demanda por meio de adesões a atas de registro de preços de outros órgãos, especialmente do Tribunal de Justiça do Estado, evidenciando o caráter reiterado e contínuo da necessidade.

4.3.3. Todavia, verificou-se, no cenário atual, a inexistência de atas de registro de preços vigentes e disponíveis para adesão que contemplem integralmente o objeto pretendido, o que inviabiliza a continuidade dessa estratégia administrativa.

4.3.4. Diante desse contexto, a realização de procedimento licitatório próprio mostra-se a alternativa mais adequada e eficiente, permitindo não apenas o atendimento pleno das necessidades institucionais, mas também o estabelecimento de instrumento contratual com maior previsibilidade, controle e possibilidade de prorrogação, compatível com a natureza continuada da demanda.

4.4. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, mediante manifestação expressa das partes, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições iniciais da contratação, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. A vigência contratual poderá ser prorrogada sucessivamente, até o limite de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições iniciais da contratação.

4.6. Durante a vigência contratual, o fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação da Administração.

4.7. A contratada deverá observar, em cada atendimento:

- a) o grau de urgência da demanda, especialmente para atendimento de eventos e solenidades;
- b) a necessidade de preservação das condições de transporte e integridade das plantas e arranjos;

c) a adequação dos itens ao local de entrega indicado pela Contratante.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação será realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2. O fornecimento dos itens ocorrerá de forma parcelada, sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento pela Administração.

5.3. Após o recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, a contratada deverá realizar a entrega dos itens no prazo de:

- até **24 (vinte e quatro) horas**, para demandas urgentes, especialmente relacionadas a eventos e solenidades institucionais;
- até **72 (setenta e duas) horas**, para demandas ordinárias.

5.3.1. Os prazos poderão ser ajustados pela Administração, conforme a complexidade da demanda, desde que previamente acordado com a contratada.

5.4. Serão aceitos apenas produtos novos, em perfeitas condições de uso, que atendam integralmente às especificações, quantitativos e padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.

5.5. Os itens fornecidos deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

I – Para plantas naturais:

- apresentar adequado estado fitossanitário, livres de pragas, doenças ou danos aparentes;
- possuir características compatíveis com o ambiente de utilização (interno ou externo);
- estar devidamente acondicionadas, garantindo sua integridade até a entrega.

II – Para arranjos florais naturais:

- ser confeccionados com flores frescas, em perfeito estado de conservação;
- apresentar padrão estético compatível com a finalidade institucional;
- ser entregues montados, prontos para uso imediato.

III – Para vasos e itens decorativos:

- apresentar resistência, estabilidade e acabamento adequado;
- estar livres de avarias, trincas, fissuras ou defeitos de fabricação;

- possuir dimensões e características compatíveis com a finalidade de uso.

IV – Para insumos:

- atender aos padrões de qualidade usuais de mercado;
- estar dentro do prazo de validade, quando aplicável;
- ser adequados ao uso em jardinagem e ambientação.

5.6. Os itens deverão ser entregues devidamente acondicionados e transportados em condições adequadas, de modo a preservar sua integridade, qualidade e apresentação, especialmente no caso de produtos perecíveis.

5.7. O recebimento dos itens será realizado por servidor designado pela Administração, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante verificação do atendimento às especificações técnicas, quantitativos e padrões de qualidade estabelecidos.

5.7.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, para conferência dos itens, sendo o recebimento definitivo condicionado à verificação da conformidade do objeto.

5.8. Os itens que apresentarem desconformidade, baixa qualidade, sinais de deterioração, avarias ou qualquer divergência em relação às especificações serão recusados, devendo ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus adicional para a Administração.

5.9. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos, responsabilizando-se pela substituição de itens que não atendam às condições exigidas, ainda que identificados após o recebimento.

5.10. A contratada será responsável por todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo aquisição, transporte, acondicionamento e entrega dos itens nos locais indicados pela Administração.

5.11. Na impossibilidade de fornecimento da espécie solicitada, a substituição por item similar, desde que mantenham função ornamental equivalente, porte e características ecológicas, deverá ser previamente autorizada pela Administração.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O fornecimento dos itens será de responsabilidade integral da CONTRATADA, devendo ocorrer conforme as condições, prazos e especificações estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

6.2. Os itens deverão ser entregues nos locais indicados pela CONTRATANTE, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, incluindo sua sede e demais unidades administrativas, situadas no Palácio Deputado João D'Abreu

– Praça dos Girassóis, s/nº, CEP 77.001-902, Palmas/TO, ou em outro local previamente informado, em dias e horários definidos pela Administração.

6.2.1. A CONTRATANTE poderá orientar quanto à logística de entrega, locais específicos de disponibilização dos itens e demais condições operacionais necessárias ao adequado atendimento da demanda.

6.3. O fornecimento será realizado sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, contendo a descrição dos itens, quantitativos, local de entrega e prazo para atendimento.

6.4. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, nos termos dos arts. 117 a 121 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. A fiscalização verificará, dentre outros aspectos:

- a) conformidade dos itens entregues com as especificações técnicas estabelecidas;
- b) qualidade, apresentação e estado de conservação dos produtos;
- c) condições de acondicionamento e transporte, especialmente para itens perecíveis;
- d) integridade dos itens no ato da entrega;
- e) atendimento aos prazos estabelecidos;
- f) adequação dos arranjos decorativos à finalidade institucional.

6.6. Caso sejam identificados itens em desconformidade com as especificações, com baixa qualidade, sinais de deterioração, avarias ou inadequação ao uso, a CONTRATADA será notificada para promover a substituição dos produtos, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.7. A CONTRATADA compromete-se a fornecer produtos novos, de boa qualidade, em perfeitas condições de uso, atendendo às características técnicas e padrões estéticos exigidos neste Termo de Referência.

6.8. A CONTRATADA será responsável pelo adequado transporte, acondicionamento e manuseio dos itens, devendo adotar todas as medidas necessárias para preservar a integridade, qualidade e apresentação dos produtos até a entrega final, especialmente no caso de plantas e arranjos florais naturais.

6.9. Toda a execução deverá observar fielmente as disposições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as normas técnicas aplicáveis.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A contratação decorrente deste Termo de Referência será formalizada mediante a celebração de Contrato Administrativo, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, estabelecendo as condições necessárias para a adequada execução do objeto.

7.2. O contrato disciplinará, de forma clara e completa, os direitos, obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE e da CONTRATADA, contemplando, no mínimo:

- especificações técnicas e condições de fornecimento dos itens;
- prazos de entrega, especialmente considerando a natureza sob demanda e eventual urgência das solicitações;
- critérios de recebimento provisório e definitivo;
- condições de pagamento;
- regras para substituição de itens em desconformidade;
- penalidades aplicáveis em caso de inadimplemento ou atraso;
- prazo de vigência e possibilidade de prorrogação, quando cabível;
- normas de fiscalização e gestão contratual.

7.3. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela autoridade competente, na qualidade de fiscal(is) do contrato, ou por seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Compete ao fiscal do contrato:

- acompanhar e verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- conferir os itens fornecidos, quanto à conformidade com as especificações técnicas, qualidade e quantitativos;
- atestar o recebimento dos produtos, para fins de liquidação da despesa;
- registrar ocorrências e eventuais irregularidades na execução contratual;
- adotar as providências necessárias para correção de falhas ou aplicação de sanções, quando cabível.

7.5. O fiscal do contrato deverá observar, especialmente:

- o cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos;
- a qualidade dos produtos fornecidos, com atenção à natureza perecível de parte dos itens;
- a adequação dos arranjos e plantas às finalidades institucionais;
- as condições de transporte e acondicionamento dos produtos.

7.6. O gestor e/ou fiscal do contrato deverá acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA durante toda a vigência contratual,

especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, como condição para a realização dos pagamentos.

7.7. Todas as ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser registradas em instrumento próprio, podendo ensejar a adoção de medidas administrativas, tais como notificações, aplicação de penalidades ou instauração de processo de apuração de responsabilidade, quando necessário.

7.8. A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ocorrer de forma formal, preferencialmente por meio eletrônico, garantindo a rastreabilidade das solicitações, ordens de fornecimento e demais atos relacionados à execução contratual.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Das Obrigações Da Contratada

8.1.1. Fornecer todos os itens conforme as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, novos, em perfeitas condições de uso, com adequado padrão de qualidade, devidamente acondicionados, protegidos contra danos no transporte e livres de qualquer vício, defeito ou avaria.

8.1.2. Garantir a qualidade, conformidade e integridade de todos os produtos fornecidos, responsabilizando-se pela substituição imediata, sem ônus para a Administração, de qualquer item que apresente:

- defeitos, avarias ou baixa qualidade;
- sinais de deterioração, no caso de itens perecíveis;
- divergência de especificação técnica;
- inadequação ao uso pretendido;
- desconformidade com os padrões exigidos neste Termo de Referência.

8.1.3. Cumprir integralmente todas as condições, especificações técnicas, prazos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato.

8.1.4. Assumir todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo aquisição, transporte, carga e descarga, acondicionamento, manuseio e entrega dos itens nos locais indicados pela Administração.

8.1.5. Substituir, no prazo estabelecido pela Administração, os itens recusados por não atenderem às especificações ou apresentarem qualquer tipo de inconformidade, sem custos adicionais.

8.1.6. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos, especialmente considerando a natureza urgente de determinadas demandas institucionais, devendo comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento desses prazos.

8.1.7. Apresentar, para fins de pagamento e sempre que solicitado, as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.1.8. Receber as Ordens de Fornecimento e Notas de Empenho por meio eletrônico ou presencial, responsabilizando-se pelo seu acompanhamento e pelo cumprimento das condições nelas estabelecidas.

8.1.9. Observar, quando aplicável, as normas técnicas pertinentes, inclusive aquelas relacionadas à qualidade dos produtos, boas práticas de fornecimento e exigências dos órgãos competentes.

8.1.10. Garantir que os produtos, especialmente plantas naturais e arranjos florais, sejam entregues em condições adequadas de conservação, observando critérios fitossanitários e padrões estéticos compatíveis com a finalidade institucional.

8.1.11. Responsabilizar por **reposição de plantas mortas** em até 30 dias após a instalação, caso comprovada a origem e deficiência de qualidade e transporte, ou outra causa identificada como responsabilidade do fornecedor.

8.2. Das Obrigações Da Contratante

8.2.1. Zelar pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo o fornecimento dos itens conforme especificações, prazos e condições estabelecidas.

8.2.2. Verificar, sempre que necessário e previamente à liquidação da despesa, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA, nos termos da legislação vigente.

8.2.3. Aplicar, quando cabível, as penalidades administrativas previstas na legislação e no contrato, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

8.2.4. Indicar os locais de entrega e assegurar o acesso da CONTRATADA às dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, quando necessário ao cumprimento do objeto.

8.2.5. Disponibilizar à CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução do fornecimento.

8.2.6. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução contratual, fixando prazo para sua correção.

8.2.7. Acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor(es) designado(s), nos termos dos arts. 117 a 121 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens fornecidos em desacordo com as especificações, padrões de qualidade ou condições estabelecidas, determinando sua substituição.

8.2.9. Efetuar o pagamento dos itens efetivamente fornecidos e atestados, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

8.3. Das Sanções Administrativas

8.3.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.3.2. Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme a gravidade da infração, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3.3. A penalidade de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos, sem prejuízo das demais sanções:

- pelo atraso injustificado na entrega dos itens;
- pelo fornecimento de produtos em desconformidade com as especificações;
- pela não substituição de itens recusados no prazo estabelecido;
- pelo descumprimento de quaisquer obrigações contratuais.

8.3.4. A multa será aplicada conforme os percentuais e condições a serem estabelecidos no Edital e no Contrato, podendo incidir sobre o valor do item, da Ordem de Fornecimento ou do contrato, conforme o caso.

8.3.5. O atraso injustificado na execução do objeto poderá ensejar a aplicação de multa diária, limitada a percentual a ser definido no instrumento convocatório, sem prejuízo da rescisão contratual.

8.3.6. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

8.3.7. As penalidades serão aplicadas mediante regular processo administrativo, observados os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e motivação.

8.3.8. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas na legislação.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A medição do objeto será realizada com base nos itens efetivamente fornecidos, observando-se as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e nas respectivas Ordens de Fornecimento.

9.2. Somente serão considerados para fins de medição e pagamento os itens que forem devidamente entregues e aceitos pela Administração, após verificação de conformidade quanto:

- às especificações técnicas;
- à qualidade e estado de conservação dos produtos;
- ao atendimento dos prazos estabelecidos;
- à adequação ao uso institucional.

9.3. O recebimento dos itens ocorrerá em duas etapas:

I – Recebimento provisório: no ato da entrega, para conferência inicial dos produtos.

II – Recebimento definitivo: após verificação da conformidade dos itens com as exigências estabelecidas, mediante ateste do fiscal do contrato.

9.4. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE à CONTRATADA apenas após o recebimento definitivo dos itens, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

9.5. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA, conforme exigido pela legislação vigente, como condição para a realização do pagamento.

9.6. O pagamento será realizado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de ateste do recebimento definitivo, observadas as normas de execução orçamentária e financeira da Administração.

9.7. Caso sejam identificadas irregularidades na Nota Fiscal, inconsistências na documentação apresentada ou inconformidades no fornecimento, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da situação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.8. Não será efetuado pagamento:

- de itens não entregues;
- de itens rejeitados pela fiscalização;
- de itens entregues em desconformidade com as especificações, enquanto não houver sua regularização.

9.9. A Administração poderá realizar glosas proporcionais no valor a ser pago, nos casos de fornecimento parcial, atraso na entrega ou descumprimento das condições estabelecidas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.10. Os pagamentos serão realizados por meio de ordem bancária, em favor da CONTRATADA, em conta previamente informada, vedada a cobrança de quaisquer encargos adicionais não previstos neste Termo de Referência.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

10.1.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO POR LOTE/ITEM, conforme definição a ser estabelecida no Edital, observadas as especificações técnicas e demais condições previstas neste Termo de Referência.

10.1.2.1. Propostas com valores inexequíveis ou superiores aos estimados pela Administração, poderão ser desclassificadas pela Administração, nos termos da legislação vigente.

10.1.3. Será assegurada ampla competitividade entre os licitantes, observados os princípios da legalidade, isonomia, seleção da proposta mais vantajosa, economicidade e eficiência, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

10.1.4. É facultado à Comissão de Contratação, ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase do procedimento licitatório, realizar diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada, entretanto, a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

10.2. Exigências de habilitação

A habilitação dos licitantes será verificada nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, mediante a apresentação dos documentos a seguir, podendo ser realizada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor – SICAF, quando aplicável.

10.2.1. Caso os documentos não estejam atualizados no SICAF, o licitante deverá apresentá-los complementarmente, na forma exigida neste Termo de Referência.

10.2.2. O Pregoeiro poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas, sendo vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente da habilitação.

10.2.3. Habilitação jurídica

- a) Documento de identificação oficial do representante legal da empresa;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e atualizado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

f) Alvará de funcionamento ou licença equivalente, quando exigido pela legislação local.

10.2.3.1. Será verificada a compatibilidade entre o objeto social da licitante e o objeto da contratação, sendo causa de inabilitação a incompatibilidade entre as atividades exercidas e o objeto licitado.

10.2.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Comprovante de inscrição no CNPJ, com situação cadastral ativa;

b) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

d) Certificado de Regularidade do FGTS;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de negativa.

10.2.4.1. Serão aceitas certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa, na forma da legislação vigente.

10.2.4.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida, ainda que contenha restrições, sendo assegurado prazo para regularização, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2.5. Qualificação econômico-financeira:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

a.1) Os documentos referidos na alínea 'a' limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

a.2) As licitantes criadas no exercício financeiro do presente certame deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

b.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/

2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.2.5.1. Os documentos contábeis deverão ser apresentados na forma da legislação aplicável ao tipo societário da empresa, podendo ser:

- a) registrados na Junta Comercial;
- b) extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, quando aplicável.

10.2.6. Qualificação técnica

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. O atestado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Emitente: razão social e dados de contato;
- b) Favorecido (licitante): razão social e CNPJ;
- c) Descrição do objeto fornecido/contratado, compatível com o objeto da licitação;
- d) Período de execução;
- e) Declaração de que o fornecimento foi realizado de forma satisfatória;
- f) Dados para contato para eventual verificação.

a.1) Não serão considerados atestados emitidos por empresas que integrem o mesmo grupo econômico da licitante.

a.2) Consideram-se integrantes do mesmo grupo econômico empresas que possuam sócios em comum, relação de controle ou coligação.

a.3) Admite-se a apresentação de mais de um atestado de capacidade técnica, desde que, somados, comprovem a compatibilidade com o objeto da contratação e não haja exigência expressa de atestado único. Os documentos serão aceitos independentemente da época de emissão ou da localidade;

a.4) Os atestados deverão demonstrar experiência mínima com fornecimento de itens compatíveis com o objeto, ainda que não idênticos.

b) Comprovação de que a licitante possui condições operacionais para fornecimento de mudas, plantas ornamentais e arranjos decorativos, incluindo:

- a) logística de transporte adequada para preservação das plantas;
- b) capacidade de atendimento em prazo reduzido (entre 24 e 72 horas);
- c) fornecimento sob demanda.

b.1) A comprovação dar-se-á por meio de **declaração formal da licitante**, sem prejuízo da verificação por meio de atestados de capacidade técnica apresentados.

b.2) A contratada deverá dispor, até o início da execução contratual, de meios logísticos e operacionais adequados ao atendimento das demandas no prazo estabelecido.

b.3) A Administração poderá solicitar, a título de diligência, documentos complementares que comprovem a capacidade operacional da licitante, tais como:

- a) registros fotográficos;
- b) contratos similares executados;
- c) notas fiscais de fornecimentos anteriores

b.4) A ausência de comprovação mínima de experiência compatível com o objeto poderá ensejar a inabilitação da licitante

10.2.7. Declarações e documentos complementares

A Comissão de Licitação ou o Pregoeiro poderá solicitar documentação complementar para comprovação das informações constantes nos atestados.

- a) Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (trabalho de menores);
- b) Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- c) Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando aplicável;
- d) Declaração de inexistência de fato impeditivo à habilitação;
- e) Declaração de que a proposta apresentada contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- f) Declaração de inexistência de vínculo com agentes públicos da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, nos termos da legislação vigente;
- g) Declaração de que não utiliza trabalho degradante ou forçado;
- h) Declaração de elaboração independente de proposta;
- i) Declaração de cumprimento da reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicável;

10.2.8. Disposições gerais sobre habilitação

10.2.8.1. As declarações padronizadas disponibilizadas no sistema eletrônico deverão ser assinaladas diretamente pelo licitante, sendo que aquelas não contempladas deverão ser anexadas à documentação de habilitação.

10.2.8.2. Toda a documentação deverá estar válida na data da sessão pública. Na ausência de prazo de validade expresse, considerar-se-á válida por 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

10.2.8.3. Certidões emitidas por meio eletrônico terão sua autenticidade verificada nos respectivos sítios oficiais.

10.2.8.4. Caso alguma certidão esteja vencida e seja possível a emissão de nova via durante a sessão pública, o pregoeiro poderá admitir sua substituição imediata.

10.2.8.5. O licitante será responsável pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

10.2.8.6. Os documentos de habilitação deverão se referir à sede da empresa licitante, podendo ser apresentados em nome da matriz ou filial, conforme o caso, observadas as regras legais aplicáveis.

10.2.8.7. A Administração poderá consultar sítios oficiais para verificação das condições de habilitação, constituindo tais consultas meio legal de prova.

10.2.8.8. As microempresas e empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. Com base nas cotações de fornecedores obtidas no mercado, estima-se que o custo médio da contratação seja de R\$ 442.749,67 (quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos), valor este comprovado como dentro dos preços praticados no mercado, de acordo com as pesquisas realizadas com fornecedores demonstrado no mapa de cotação.

11.2. Ressalta-se que não foi realizada a pesquisa de preços em banco de preços eletrônicos especializados, tendo em vista que o objeto em questão possui características altamente específicas, com requisitos técnicos e condições particulares que não se encontram padronizados nas bases de dados disponíveis.

11.3. Verificou-se que os bancos de preços usualmente utilizados contemplam, em sua maioria, itens de natureza genérica ou amplamente comercializados, não refletindo, de forma fidedigna, as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições necessárias ao atendimento da demanda ora analisada.

11.4. Dessa forma, a utilização de valores extraídos de banco de preços poderia resultar em distorções no valor estimado, comprometendo a adequada formação do preço de referência e a observância dos princípios da economicidade, eficiência e vantagem da contratação.

11.5. Assim, optou-se pela adoção de metodologia de busca de preços de fornecedores locais, considerada mais compatível com a natureza do objeto, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios específicos consignados no Orçamento da Assembleia Legislativa do Tocantins, mediante indicação da respectiva dotação orçamentária a ser feita pela Diretoria de Área de execução Orçamentária e Financeira - DIOFI, que será acostada aos autos.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Deverão ser observados as demais leis, decretos, normas e regulamentos pertinentes às contratações públicas, no que não conflitarem com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação específica do objeto.

Palmas – TO, 06 de abril de 2026.

NÚBIA FRAZÃO
Diretoria de Cerimonial

**ANTÔNIO LOPES DE BRAGA
JÚNIOR**
Diretor de Área Administrativa

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor Geral

AMÉLIO CAYRES
Presidente

ANEXO II

CONTRATO

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº XX/2026

PROCESSO Nº ____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO - Nº ____/202__

Termo de Contrato que celebram entre si a
Assembleia Legislativa do Estado do
Tocantins e a Empresa
_____.

CONTRATANTE:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS - ALETO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 25.053.125/0001-00, com sede administrativa na Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, neste ato representada pelo seu Presidente, Deputado **Amélio Cayres**, portador da CI/RG nº 1.197.392 SSP-TO e CPF nº 394.763.161-87, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA:

_____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por seu Representante Legal, _____, CPF _____ têm justos e certos o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes, doravante denominada **CONTRATADA**:

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Tendo em vista o que consta no Processo nº 0XX/2026 oriundo do Pregão Eletrônico nº ____/2026, sendo regido pelas disposições da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, pelo Decreto Administrativo nº 552, de 28 de maio de 2024 da

Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, bem como pelas condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

2.1. O presente Instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento continuado de vasos ornamentais, plantas naturais (nativas e ornamentais), arranjos decorativos e insumos correlatos, destinados à ambientação, ornamentação e manutenção estética dos espaços internos e externos, bem como ao atendimento de eventos e solenidades institucionais da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins – ALETO, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

2.2. A composição do objeto contratado encontra-se detalhada na tabela abaixo (Quadro 1):

Quadro 1 – Especificação dos itens contratados					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Valor Total					

2.3. A contratação de que trata o subitem 2.1 obedecerá ao disposto neste Contrato, bem como às especificações técnicas, condições de execução e entrega previstas nos documentos integrantes do **Processo Administrativo nº XXX/2026**, os quais passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição, no que não o contrariem.

2.4. Ficam vinculados a este Contrato e dele fazem parte integrante, para todos os fins de direito:

2.4.1. o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/202X e seus anexos;

2.4.2. a proposta de preços apresentada pela CONTRATADA;

2.4.3. o Termo de Referência que instrui o processo;

2.4.4. os demais documentos constantes do procedimento licitatório, vinculado ao Processo nº ____/2026.

2.5. A presente contratação decorre de procedimento licitatório realizado na modalidade **Pregão Eletrônico**, em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021**, conforme Edital e Processo Administrativo supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

3.1. A CONTRATADA será convocada para assinatura deste instrumento contratual, devendo assiná-lo e devolvê-lo no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da convocação.

3.1.1. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado **uma única vez**, por igual período, a critério do CONTRATANTE, desde que haja solicitação formal da CONTRATADA, devidamente justificada, apresentada dentro do prazo originalmente concedido.

3.2. A assinatura do presente Contrato será realizada por meio físico ou eletrônico, conforme sistema adotado pelo CONTRATANTE.

3.3. Previamente à assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação, mediante apresentação de **certidões de regularidade fiscal e trabalhista atualizadas**, bem como declarar o atendimento ao disposto no § 4º do art. 91 da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento dos itens será de responsabilidade integral da CONTRATADA, devendo ocorrer de forma parcelada, sob demanda, conforme as condições, prazos e especificações estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência.

4.2. Os itens deverão ser entregues nos locais indicados pela CONTRATANTE, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins – ALETO, incluindo sua sede e demais unidades administrativas, situadas no Palácio Deputado João D’Abreu, Praça dos Girassóis, s/nº, CEP 77.001-902, Palmas/TO, ou em outro local previamente informado.

4.2.1. As entregas ocorrerão em dias úteis, nos horários das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, ou em horários previamente definidos pela Administração.

4.3. O fornecimento será formalizado mediante emissão de Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, expedida pelo gestor do contrato, contendo a descrição detalhada dos itens, quantitativos e local de entrega.

4.4. No ato da entrega, a CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal ou documento equivalente, contendo, no mínimo, a descrição do objeto, quantitativo, valor unitário, valor total e local de entrega.

4.5. Após o recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, a CONTRATADA deverá realizar a entrega dos itens nos seguintes prazos:

I – até 24 (vinte e quatro) horas, para demandas urgentes, especialmente relacionadas a eventos e solenidades institucionais;

II – até 72 (setenta e duas) horas, para demandas ordinárias.

4.5.1. Os prazos poderão ser ajustados pela Administração, conforme a complexidade da demanda, desde que previamente acordado entre as partes.

4.6. Serão aceitos apenas produtos novos, em perfeitas condições de uso, que atendam integralmente às especificações, quantitativos e padrões de qualidade estabelecidos.

4.7. Os itens fornecidos deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

I – Para plantas naturais:

- a) apresentar adequado estado fitossanitário, livres de pragas, doenças ou danos aparentes;
- b) possuir características compatíveis com o ambiente de utilização;
- c) estar devidamente acondicionadas, garantindo sua integridade até a entrega.

II – Para arranjos florais naturais:

- a) ser confeccionados com flores frescas, em perfeito estado de conservação;
- b) apresentar padrão estético compatível com a finalidade institucional;
- c) ser entregues montados, prontos para uso imediato.

III – Para vasos e itens decorativos:

- a) apresentar resistência, estabilidade e acabamento adequado;
- b) estar livres de avarias, trincas, fissuras ou defeitos;
- c) possuir dimensões e características compatíveis com a finalidade de uso.

IV – Para insumos:

- a) atender aos padrões de qualidade usuais de mercado;
- b) estar dentro do prazo de validade, quando aplicável;
- c) ser adequados ao uso em jardinagem e ambientação.

4.8. Os itens deverão ser entregues devidamente acondicionados e transportados em condições adequadas, de modo a preservar sua integridade, qualidade e apresentação, especialmente no caso de produtos perecíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O recebimento do objeto será realizado por servidor na condição de Gestor ou Fiscal do contrato designado pela Administração, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante verificação do atendimento às especificações técnicas, quantitativos e padrões de qualidade estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência.

5.2. Para o recebimento do objeto, deverão ser observadas, pelo gestor e/ou fiscal do contrato, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Administrativo nº 552, de 28 de maio de 2024 da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

5.3. Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

5.3.1. **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da entrega, para verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico e contratual;

5.3.2. **Definitivamente**, pelo gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.4. Os itens fornecidos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Contrato e no Termo de Referência.

5.4.1. Não caberá à Administração qualquer ônus pela rejeição de itens considerados inadequados pelo gestor ou fiscal do contrato.

5.5. Os itens que apresentarem desconformidade, baixa qualidade, sinais de deterioração, avarias ou qualquer divergência em relação às especificações deverão ser substituídos pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus adicional para a Administração.

5.6. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos, responsabilizando-se pela substituição daqueles que não atendam às condições exigidas, ainda que a irregularidade seja constatada após o recebimento.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e qualidade dos produtos fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, nos limites estabelecidos pela legislação e por este Contrato.

5.8. A CONTRATADA será responsável por todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo aquisição, transporte, acondicionamento e entrega dos itens nos locais indicados pela Administração.

5.9. Na impossibilidade de fornecimento da espécie solicitada, a substituição por item similar deverá ser previamente autorizada pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE QUALIDADE, VALIDADE E GARANTIA DOS PRODUTOS

6.1. Para os materiais e produtos que apresentem prazo de validade, este deverá estar claramente indicado na embalagem, conforme a legislação vigente, devendo o prazo mínimo de validade ser de 6 (seis) meses a contar da data de entrega.

6.2. As mudas e plantas naturais deverão ser entregues em conformidade com os seguintes critérios mínimos:

- a) Fitossanitário: livres de pragas, doenças e nematoides;
- b) Substrato: isento de plantas invasoras perenes e fungos;
- c) Aparência: plantas íntegras, sem sinais de amarelamento, murchamento, queimaduras ou quebras;
- d) Caudex (quando aplicável): firme, sem sinais de doença, como moleza ou manchas escuras;
- e) Porte: compatível com o estabelecido em edital;
- f) Nutrição: apresentar aspecto visual saudável.

6.3. Considerando que as mudas e plantas naturais constituem itens perecíveis e sujeitos a variações ambientais, não se aplica prazo de garantia convencional, cabendo à CONTRATADA assegurar o fornecimento de exemplares em perfeito estado de conservação, livres de pragas, doenças e danos físicos no momento da entrega. Responsabilizar por reposição de plantas mortas em até 30 dias após a instalação, caso comprovada origem e deficiência de qualidade e transporte, ou outra causa identificada como responsabilidade do fornecedor

6.4. A terra preta destinada ao plantio e à cobertura de áreas gramadas deverá ser entregue livre de resíduos de galhos, pedras, plásticos, raízes ou quaisquer outros materiais estranhos, devendo estar adequada para uso imediato.

6.5. Os insumos deverão ser entregues em suas embalagens originais, contendo informações técnicas, data de fabricação e prazo de validade, não sendo admitidas embalagens com furos, desgastes ou quaisquer anomalias que comprometam a integridade do produto.

6.6. Os vasos, suportes, bacias e demais itens decorativos deverão ser entregues sem defeitos de fabricação, tais como rachaduras, riscos, amassados, trincas, falhas de pintura ou outros danos que comprometam sua utilização.

6.7. Para os materiais duráveis, o prazo mínimo de garantia será de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, devendo ser comprovado mediante termo de garantia do fabricante ou documento técnico equivalente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

8.1. A execução do objeto contratual deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da legislação vigente, em especial os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Os produtos fornecidos deverão atender aos requisitos ambientais aplicáveis, considerando aspectos relacionados à sua fabricação, utilização, acondicionamento, transporte e descarte, em conformidade com a legislação ambiental pertinente.

8.3. A CONTRATADA deverá adotar, no que couber, práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, especialmente quanto à redução de impactos ambientais e ao uso racional de recursos naturais.

8.4. Sempre que possível, os materiais fornecidos deverão ser provenientes de fabricantes que adotem práticas sustentáveis, com observância da legislação ambiental vigente.

8.5. Os produtos deverão ser acondicionados, preferencialmente, em embalagens que utilizem materiais recicláveis ou reutilizáveis, com o menor volume possível, de forma a garantir a adequada proteção durante o transporte e a redução de resíduos.

8.6. Sempre que viável, deverá ser priorizado o fornecimento de produtos constituídos por materiais naturais, reciclados ou biodegradáveis, desde que atendidas as especificações técnicas exigidas.

8.7. A CONTRATADA deverá observar as boas práticas de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas, de modo a prevenir impactos ambientais negativos e contribuir para a preservação dos recursos naturais.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR:

9.1. O valor total deste Contrato é de R\$ _____ (_____), compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários à sua execução, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. As despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária consignada no orçamento da CONTRATANTE:

- **Unidade Gestora:** XXXX
- **Classificação Orçamentária:** XXXXXX
- **Natureza de Despesa:** XX.XX.XX – XXXXXXXX
- **Fonte de Recursos:** XXXX -XXXX

10.2. A execução financeira deste Contrato será precedida da emissão de Nota de Empenho à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO:

11.1 A medição do objeto será realizada com base nos itens efetivamente fornecidos, observando-se as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência e nas respectivas Ordens de Fornecimento.

11.2. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal correspondente aos materiais efetivamente fornecidos.

11.3. O pagamento será realizado exclusivamente pelos itens efetivamente entregues e devidamente atestados pelo fiscal do contrato.

11.4. A nota fiscal deverá conter o CNPJ da CONTRATADA, que deverá ser o mesmo indicado na proposta e na Nota de Empenho, bem como estar vinculada à conta bancária informada para pagamento.

11.5. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do ateste do recebimento definitivo do objeto, observadas as normas de execução orçamentária e financeira da Administração.

11.6. O atesto do fiscal do contrato na nota fiscal constitui condição indispensável para a realização do pagamento.

11.6.1. Na ausência do fiscal titular, o atesto será realizado pelo respectivo substituto.

11.7. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal quando os dados nela constantes estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou quando os itens fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações contratuais, hipótese em que o pagamento ficará suspenso até a devida regularização.

11.8. Os pagamentos serão efetuados após a verificação da conformidade dos produtos entregues com as especificações constantes neste Contrato e no Termo de Referência.

11.9. Não será permitido pagamento antecipado, total ou parcial, nos termos do art. 145 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada em conta corrente da CONTRATADA, indicada para esse fim, desde que mantidas as condições de habilitação e inexistam fatos impeditivos.

11.11. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade fiscal e trabalhista, incluindo:

- a) Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.12. Sobre os valores faturados incidirão os tributos legalmente instituídos. Caso a CONTRATADA seja beneficiária de isenção, imunidade ou regime diferenciado, deverá comprovar tal condição no momento da apresentação da nota fiscal.

11.13. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11.14. A verificação da regularidade fiscal da CONTRATADA será realizada por ocasião de cada pagamento, devendo ser mantidas as condições de habilitação durante toda a execução contratual.

11.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus para o CONTRATANTE.

11.16. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios, calculados conforme a fórmula e nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (equivalente a 6% ao ano, dividido por 365 dias).

11.17. A Administração poderá realizar glosas proporcionais no valor a ser pago, nos casos de fornecimento parcial, atraso na entrega ou descumprimento das condições estabelecidas, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.18. A tramitação do processo de pagamento deverá observar prazo hábil para sua efetivação, sendo que, na hipótese de múltiplas solicitações aptas, será observada a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

12.1. Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice que venha a substituí-lo.

12.2. Para os fins do disposto no item anterior, considera-se como data do orçamento estimado aquela correspondente à conclusão da apuração do valor estimado da contratação, **conforme documento de estimativa de preços devidamente juntado aos autos do Processo Administrativo nº ____/2026**, independentemente da data de eventual sistema ou tabela de referência utilizada.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

12.4. O reajuste deverá ser formalizado mediante apostilamento, nos termos da legislação vigente.

12.5. Os pedidos de reajuste serão analisados pelo gestor do contrato e pela Diretoria de Contabilidade e Gestão da ALETO, devendo ser instruídos com a aplicação do índice previsto, dispensada demonstração analítica de custos e observadas as disposições do Decreto Administrativo nº 552, de 28 de maio de 2024 da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Fica assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, podendo este ser revisto a qualquer tempo, desde que comprovada a ocorrência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que onere excessivamente a execução contratual, nos termos da legislação vigente.

13.1.1. Para os fins desta cláusula, consideram-se, entre outros, como eventos ensejadores de reequilíbrio econômico-financeiro: o fato do príncipe, o fato da Administração, o caso fortuito e a força maior.

13.1.2. Considera-se fato da Administração, para fins de reequilíbrio, a alteração unilateral do contrato ou a edição de ato normativo que repercuta diretamente nos encargos da CONTRATADA.

13.2. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente apresentado pela CONTRATADA, devidamente instruído com a demonstração analítica da variação dos custos e dos impactos no contrato.

13.3. A instrução e análise do pedido de reequilíbrio observarão as disposições do Decreto Administrativo nº 552, de 28 de maio de 2024 da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no que couber.

13.4. O CONTRATANTE deverá se manifestar sobre o pedido de reequilíbrio no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da solicitação devidamente instruída, admitida a prorrogação mediante justificativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. As alterações quantitativas do objeto deverão ser devidamente justificadas pelo gestor e/ou fiscal do contrato, com a demonstração da necessidade e vantagem para a Administração, observados os limites legais.

14.2.1. Na hipótese de supressão superior ao limite legal, esta somente poderá ocorrer mediante acordo entre as partes, devidamente formalizado nos autos do processo.

14.2.2. Nos casos de alteração por mútuo acordo, deverá constar nos autos manifestação expressa de concordância da CONTRATADA.

14.3. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos nesta cláusula, sendo vedada a extrapolação do percentual legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disposições do Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelo Decreto Administrativo nº 552, de 28 de maio de 2024 da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no que couber.

15.2. As alterações contratuais deverão ser devidamente justificadas e formalizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da modificação, observada a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) cumprir integralmente as disposições deste Contrato, do Termo de Referência e do edital, observando as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas;
- b) observar a legislação aplicável, incluindo leis, decretos, regulamentos e normas federais, estaduais e municipais pertinentes ao objeto;
- c) manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) indicar e manter preposto formalmente designado, aceito pela Administração, para representá-la durante a execução do contrato;
- e) atender às determinações do gestor e do fiscal do contrato, bem como às ordens de fornecimento e notas de empenho emitidas;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Administração;
- g) assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas decorrentes da execução do contrato;
- h) fornecer os itens contratados em conformidade com as especificações técnicas, novos, em perfeitas condições de uso, com adequado padrão de qualidade e devidamente acondicionados;
- i) garantir a qualidade, integridade e conformidade dos produtos fornecidos, responsabilizando-se pela substituição, sem ônus para a Administração, de quaisquer itens que apresentem defeitos, avarias, baixa qualidade, deterioração ou desconformidade com as especificações;
- j) substituir, nos prazos estabelecidos pela Administração, os itens recusados por não atenderem às condições exigidas;
- k) cumprir os prazos de entrega estabelecidos, comunicando imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer sua execução;

- l) assegurar que os produtos, especialmente plantas naturais e arranjos florais, sejam entregues em adequado estado de conservação, observando critérios fitossanitários e padrões estéticos compatíveis com a finalidade institucional;
- m) arcar com todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo aquisição, transporte, carga e descarga, acondicionamento e entrega dos itens;
- n) manter seus empregados e prepostos devidamente identificados e, quando for o caso, utilizando equipamentos de proteção individual durante a execução do contrato;
- o) apresentar, sempre que solicitado e para fins de pagamento, os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- p) comunicar à Administração eventuais alterações em seus atos constitutivos;
- q) observar as normas técnicas e boas práticas aplicáveis ao fornecimento do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

17.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

- a) observar a legislação aplicável à contratação, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes;
- b) formalizar o contrato e assegurar os recursos orçamentários necessários à sua execução, mediante emissão de Nota de Empenho;
- c) designar gestor e/ou fiscal do contrato para acompanhar, monitorar e fiscalizar sua execução, nos termos dos arts. 117 a 121 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) proporcionar as condições necessárias para a execução do objeto, inclusive indicando os locais de entrega e assegurando o acesso da CONTRATADA às dependências, quando necessário;
- e) encaminhar formalmente as demandas por meio de Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, contendo as informações necessárias à execução;
- f) prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento do objeto contratual;
- g) verificar a conformidade dos itens fornecidos com as especificações estabelecidas, rejeitando, no todo ou em parte, aqueles que estiverem em desacordo;

- h) notificar formalmente a CONTRATADA sobre falhas, irregularidades ou imperfeições na execução do contrato, fixando prazo para sua correção;
- i) acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais e exigir a manutenção das condições de habilitação durante toda a execução;
- j) verificar, previamente ao pagamento, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA, nos termos da legislação vigente;
- k) efetuar o pagamento pelos itens efetivamente fornecidos e devidamente atestados, observadas as condições estabelecidas neste Contrato;
- l) aplicar, quando cabível, as penalidades administrativas previstas na legislação e neste Contrato, em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.2. Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme a gravidade da infração, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.3. A sanção de multa poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente com outras sanções, nos seguintes casos:

a) atraso injustificado na entrega dos itens;

b) fornecimento de produtos em desconformidade com as especificações contratuais;

c) não substituição de itens recusados no prazo estabelecido;

d) descumprimento de quaisquer obrigações contratuais.

18.4. A multa será aplicada conforme os percentuais e condições estabelecidos no edital e neste Contrato, podendo incidir sobre o valor do item, da Ordem de Fornecimento ou do valor contratual, conforme detalhamento previsto na Cláusula Vigésima Nona.

18.5. O atraso injustificado na execução do objeto poderá ensejar a aplicação de multa diária, nos termos definidos no instrumento convocatório, sem prejuízo da rescisão contratual.

18.6. A aplicação das sanções não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

18.7. As penalidades serão aplicadas mediante regular processo administrativo, observados os princípios da legalidade, ampla defesa, contraditório, razoabilidade, proporcionalidade e motivação.

18.8. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO:

19.1. O presente Contrato poderá ser extinto:

- a) por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a IX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que não haja culpa exclusiva da Administração;
- b) consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

19.2. A extinção consensual deverá ser precedida de manifestação formal das partes, mediante justificativa e concordância mútua, reduzida a termo no processo administrativo.

19.3. A extinção unilateral ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, bem como devidamente formalizada no respectivo processo administrativo.

19.4. Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados, com a devida instrução processual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.5. Quando a extinção se der por ato unilateral da Administração, poderão ser adotadas, sem prejuízo das sanções cabíveis:

- I – retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração e das multas aplicadas;
- II – assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, quando necessário à continuidade do serviço público;

III – ocupação e utilização provisória de bens, instalações, equipamentos e pessoal empregados na execução do contrato, quando imprescindíveis à sua continuidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

20.1. O presente Contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), bem como pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

20.2. Os casos omissos relacionados à proteção de dados pessoais serão submetidos à apreciação de comissão específica competente, a qual apresentará proposta de solução à autoridade competente no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

21.1. O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

21.2. A eficácia do contrato observará o disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES:

22.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) veicular publicidade acerca do objeto deste Contrato, salvo prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
- b) ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE;
- c) caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- d) subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto, salvo nas hipóteses admitidas em lei e mediante prévia autorização do CONTRATANTE;
- e) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

23.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida deste Contrato no Diário da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

23.2. O CONTRATANTE promoverá, ainda, a divulgação deste Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

24.1. A gestão e a fiscalização da execução do Contrato serão realizadas por servidores designados pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, aos quais competirá acompanhar, controlar e avaliar o cumprimento das obrigações contratuais.

24.2. Compete ao gestor e ao fiscal do contrato adotar as providências necessárias à regularização de falhas ou irregularidades constatadas na execução, podendo, para tanto, expedir notificações e determinações à CONTRATADA.

24.3. Na ausência ou impedimento do gestor ou fiscal designado, as atribuições serão exercidas por seus substitutos legalmente designados.

24.4. O gestor e/ou fiscal do contrato deverão observar, além das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, as normas internas aplicáveis, especialmente o Decreto Administrativo nº 552, de 28 de maio de 2024 da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no que couber.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS:

25.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA comprometem-se a realizar o tratamento de dados pessoais em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), observando os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inclusive nos meios digitais.

25.1.1. Para os fins desta cláusula:

I – considera-se dado pessoal toda informação relacionada à pessoa natural identificada ou _____ identificável;

II – considera-se tratamento toda operação realizada com dados pessoais, nos termos do art. 5º, X, da LGPD.

25.2. O tratamento de dados pessoais no âmbito deste Contrato deverá observar, além da LGPD, as normas e diretrizes internas da Assembleia Legislativa do Estado do

Tocantins, bem como as orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e demais normas aplicáveis.

25.3. O tratamento de dados pessoais deverá ocorrer exclusivamente para as finalidades relacionadas à execução do objeto deste Contrato, sendo vedada a utilização para finalidade diversa, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas.

25.4. Quando necessário o consentimento do titular dos dados pessoais, este deverá ser obtido previamente, nos termos da LGPD, podendo o CONTRATANTE definir a responsabilidade pela sua obtenção.

25.5. As partes comprometem-se a adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, destruição, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

25.6. Os dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato deverão ser acessados apenas por pessoas autorizadas, no limite do necessário ao cumprimento das obrigações contratuais.

25.7. É vedado o compartilhamento de dados pessoais com terceiros, salvo nas hipóteses previstas em lei ou mediante autorização expressa do CONTRATANTE.

25.8. As partes deverão comunicar imediatamente uma à outra, bem como ao gestor do contrato, a ocorrência de qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais.

25.9. Encerrada a vigência do Contrato ou cessada a necessidade do tratamento, os dados pessoais deverão ser eliminados ou devolvidos ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória previstas em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

26.1. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, nem por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

26.2. Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a remuneração, encargos trabalhistas, previdenciários e demais obrigações decorrentes da relação de trabalho.

26.3. Os pleitos, reclamações e solicitações de esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser formalmente apresentados e devidamente instruídos, sendo

analisados pelo CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento.

26.4. A decisão sobre os pleitos, reclamações e esclarecimentos será proferida pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação, mediante justificativa, quando necessária ao adequado deslinde da matéria.

26.5. Poderá ser indeferido liminarmente o pleito que não preencher os pressupostos de admissibilidade nos termos da legislação aplicável, mediante manifestação fundamentada do gestor do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SETIMA – DAS VEDAÇÕES COMPLEMENTARES

27.1. Fica expressamente vedada a vinculação deste Contrato a quaisquer operações de natureza financeira realizadas pela CONTRATADA, tais como cessão fiduciária, empréstimos, financiamentos ou quaisquer outros instrumentos similares, sem a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

27.2. A vedação de que trata o item anterior aplica-se inclusive à utilização deste Contrato como garantia ou lastro em operações junto a instituições financeiras ou terceiros, sob pena de nulidade do ato e aplicação das sanções cabíveis.

27.3. O descumprimento desta cláusula poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste Contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da eventual responsabilização civil e administrativa da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA INTEGRIDADE, COMPLIANCE E DAS PENALIDADES:

28.1. A CONTRATADA declara que conduz suas atividades em conformidade com os princípios da legalidade, moralidade, probidade administrativa, ética, transparência e integridade, comprometendo-se a observar integralmente a legislação aplicável, em especial a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

28.2. A CONTRATADA compromete-se a não oferecer, prometer, dar ou aceitar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceiro a ele relacionado, bem como a não praticar quaisquer atos que possam ser caracterizados como fraude ou corrupção, no âmbito da execução deste Contrato.

28.3. A CONTRATADA deverá adotar medidas internas de integridade, incluindo, quando aplicável, programas de compliance, códigos de ética e mecanismos de controle destinados à prevenção, detecção e remediação de atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

28.4. O descumprimento das disposições desta cláusula poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e da responsabilização civil e administrativa, nos termos da legislação vigente.

28.5. Sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Oitava e observadas as disposições dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, as penalidades de multa poderão ser aplicadas observando-se os seguintes parâmetros:

I – multa de mora de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso**, incidente sobre o valor do item ou da obrigação inadimplida, limitada a **10% (dez por cento)** do valor correspondente;

II – multa compensatória de até **10% (dez por cento)** sobre o valor do item ou parcela inadimplida, nos casos de inexecução parcial;

III – multa compensatória de até **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total ou de descumprimento grave das obrigações contratuais;

IV – multa de até **5% (cinco por cento)** sobre o valor do item, nos casos de fornecimento em desconformidade com as especificações técnicas ou padrões de qualidade exigidos.

28.6. As multas previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com outras sanções administrativas, respeitados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

28.7. Os valores das multas aplicadas poderão ser descontados dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou cobrados administrativamente ou judicialmente, conforme o caso.

28.8. A aplicação das penalidades observará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO FORO:

29.1. Para dirimir todas as questões oriundas da execução do presente contrato fica eleito o Foro de Palmas - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes Contratante e Contratada.

Palmas – TO, ____ de _____ de 2026.

DEPUTADO **AMÉLIO CAYRES**
Presidente da ALETO
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXX
Representante da Empresa XXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
Por parte da **CONTRATANTE**

Por parte da **CONTRATADA**

Nome:
CPF.:

Nome:
CPF.: